



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 26/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10825/2015.

Apenso: 11791/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Jutai.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, Prefeita do Município de Jutai e Ordenadora de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP– Relatório Conclusivo nº 118/2015 (fls. 1572/1581).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3722/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 1582/1587).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal, recomendando à Câmara Municipal de Jutai a **DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS** do Município, no curso do exercício de 2014, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 26/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 26/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1-Processo TCE nº 10825/2015.

Apenso: 11791/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Jutai.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, Prefeita do Município de Jutai e Ordenadora de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP– Relatório Conclusivo nº 118/2015 (fls. 1572/1581).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3722/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 1582/1587).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Multa. Alcance. Prazo. Autorização para a instauração da Cobrança Executiva. Determinação ao Atual Prefeito Municipal de Jutai.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Jutai, exercício de 2014, sob a responsabilidade da Senhora **Marlene Gonçalves Cardoso**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa a Senhora **Marlene Gonçalves Cardoso**, responsável pela Prefeitura Municipal de Jutai, exercício de 2014, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas, quais sejam:

9.2.1- Violação aos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos no ato da celebração do Termo de Contrato n. 05/2014 (caput do Art. 38 da Lei 8.666/93, Art. 37, IV e XII c/c Arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93, art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, §2º, II da Lei 8.666/93 e Art. 58, III, Art. 67 a 70 e 112 da Lei 8.666/93);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 26/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.2.2- Violação ao art. 1º, da Lei n. 6.496/1977 e do art. 9º, da Lei 8.666/1993, em vista da ausência de ART de responsável técnico pela execução da obra relativa ao Termo de Contrato n. 025/2014;

9.2.3- Violação ao artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000, em virtude da inobservância da aplicação do mínimo com manutenção do desenvolvimento do ensino e pelo descumprimento do limite da despesa com pessoal no 2º semestre de 2014;

9.2.4- Divergência entre os valores existentes na Prestação de Contas e os lançados no Sistema GEFIS, infringindo a norma regulamentar disposta na Resolução n. 15/2013 desta Corte de Contas;

9.2.5- Inobservância do prazo para remessa do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária a esta Corte de Contas, violando o disposto no artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e o art. 1º, inciso II, da Resolução n. 11/2009;

9.2.6- Violação às disposições constantes nos art. 48 e o art. 48-A, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c o artigo 8º, da Lei n. 12.527/2011, diante da inobservância dos aspectos relacionados à transparência na Gestão Fiscal;

9.2.7- Inobservância por parte do Gestor dos preceitos contidos no artigo 8º, da Lei n. 12.527/2011, em vista da ausência da criação do serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas.

9.3- Determinar o julgamento em **alcance** da Senhora **Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita Municipal de Jutai à época da presente Prestação, no montante de **R\$ 5.279,40** (cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM, uma vez que os 04 mictórios e a cisterna foram efetivamente pagos mas não foram instalados na Escola Deusuila de Paula Aguiar, na forma celebrada no Termo de Contrato n. 025/2014.

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais referente à multa e Municipais (referente ao julgamento em alcance, dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores da multa e do julgamento em alcance deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.5- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.6- Determinar ao atual Prefeito da Prefeitura Municipal de Jutai a adoção das seguintes medidas:

9.6.1- Observância das disposições contidas no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000, adotando ações que observem a aplicação do mínimo com manutenção do desenvolvimento do ensino e com o limite da despesa com pessoal;

9.6.2- Observe as disposições constantes no artigo 37, II e IX, da CF/88, realizando concurso público para a investidura em cargos essenciais à atividade da Administração Pública, e, evitando a realização de contratação temporária da maneira usual como está sendo realizada;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 26/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 26/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.6.3- Atualize de forma tempestiva o Portal da Transparência com a inserção de todos os dados exigidos por meio da Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;

9.6.4- Crie o serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas na forma exigida pela Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral